

A PRESENÇA DE FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO UTILIZADO NA ECIT DOM MARCELO: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO E O REPENSAR DO ENSINO DE FILOSOFIA

THE PRESENCE OF FEMALE PHILOSOPHERS IN THE HIGH SCHOOL TEXTBOOK USED AT ECIT DOM MARCELO: A PATH TO EMANCIPATION AND RETHINKING THE TEACHING OF PHILOSOPHY

Adriana Ramos da Silva¹
Valmir Pereira²

Resumo:

O presente artigo analisa a presença de filósofas nos livros didáticos de Filosofia, utilizados na Escola Cidadã Integral Técnica Dom Marcelo Pinto Carvalheira, investigando de que modo essa presença, ou possível ausência, influencia o processo de formação crítica e emancipatória dos estudantes do ensino médio. A pesquisa parte da constatação de que a história da Filosofia, tradicionalmente, tem sido narrada a partir de um cânone masculino e eurocêntrico, o que gera lacunas na representação de vozes femininas. O estudo busca compreender como a inserção de filósofas no material didático pode contribuir para o despertar da atitude filosófica e para a construção de uma educação libertadora. Tendo em vista a importância de reflexões sobre educação crítica e emancipadora, que dão sustentabilidade para o desenvolvimento de uma educação preocupada em promover o pensamento autônomo, e a inclusão de vozes historicamente silenciadas. Assim, a pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel do ensino de Filosofia na construção de uma educação mais igualitária, crítica e libertadora.

Palavras-chave: filósofas; livro didático; ensino de Filosofia; emancipação

Abstract:

This article analyzes the presence of female philosophers in Philosophy textbooks used at the Dom Marcelo Pinto Carvalheira Integral Citizen School, investigating how this presence, or possible absence, influences the critical and emancipatory formation process of high school students. The research starts from the observation that the history of Philosophy has traditionally been narrated from a masculine and Eurocentric canon, which generates gaps in the representation of female voices. The study seeks to understand how the inclusion of female philosophers in teaching materials can contribute to awakening a philosophical attitude and to the construction of a liberating education. Considering the importance of reflections on critical and emancipatory education that provide sustainability for the development of an education concerned with promoting autonomous thinking and the inclusion of historically silenced voices, the research proposes a reflection on the role of Philosophy teaching in building a more egalitarian, critical, and liberating education.

Keywords: female philosophers; textbook; philosophy teaching; emancipation

¹ Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Docente na Educação Básica desde 2008, atuando como Professora da Rede Estadual da Paraíba. E-mail: adrickramos@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4824457506850286>

² Doutorado (2011) em Educação Escolar (UNESP/Araraquara-SP). Atualmente é Prof. Associado C, T- 40 DE da Universidade Estadual da Paraíba, no Departamento de Filosofia, dos Mestrados Profissionais em Filosofia (PROF-FILO/UFCG) e Formação de Professores (PPGFP/UEPB). Email: valmir@servidor.uepb.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0112962944181662>

Introdução

Imagine a seguinte situação, em uma aula de Filosofia, ao solicitar a leitura coletiva de determinado livro didático, utilizado pela turma, em que uma aluna levanta a seguinte questão: “Professora, por que aqui só aparecem filósofos homens? Não existem mulheres filósofas?”. A indagação, simples e espontânea, desencadeia uma discussão profunda sobre a construção histórica do conhecimento filosófico e a forma como ele é apresentado na escola. A partir desse questionamento, é sugerido a observação crítica do material didático. Logo, percebe-se a ausência quase total de pensadoras nos conteúdos estudados. Essa experiência pode revelar um aspecto bastante comum, encontrado na perspectiva filosófica, que é a limitação dos livros em representar a diversidade de vozes filosóficas, mas também a importância de promover uma educação crítica e emancipadora, que questione as hierarquias de saber e valorize a presença das mulheres na história da filosofia.

Ao refletir sobre o ensino de Filosofia, no ensino médio, infere-se como uma de suas principais finalidades o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação de sujeitos autônomos. Contudo, a história da Filosofia apresentada nos livros didáticos é caracterizada, como uma narrativa que, frequentemente, invisibiliza a presença das mulheres, e sua contribuição para o pensamento filosófico. Essa ausência pode ser compreendida como problema epistemológico e político, pois o silenciamento das vozes das mulheres, implica limitar o horizonte de reflexão dos estudantes e restringir as possibilidades de emancipação intelectual.

Dessa forma, a presente investigação propõe-se a analisar como funciona a presença ou ausência, de filósofas em livros didáticos, e sua percepção enquanto possível caminho de emancipação no ensino de Filosofia, contribuindo, para a formação crítica e autônoma na prática educacional do ensino médio contemporâneo.

O local analisado, enquanto campo de investigação, foi a Escola Cidadã Integral e Técnica (ECIT), Dom Marcelo Pinto Carvalheira, localizada no município de Guarabira – PB, e os livros adotados por essa instituição de ensino, como material de apoio didático e pedagógico, no componente curricular de filosofia.

Nesse contexto, o propósito ao longo da discussão é evidenciar como e, quais são, as filósofas citadas nos livros didáticos, analisando como suas ideias são apresentadas e contextualizadas, assim como discutir as implicações dessa representação, ou ausência, para o ensino de Filosofia e a formação crítica discente. Tomamos como suporte teórico, referências como Marilena Chaui (2016), Djamila Ribeiro (2019) e Jacques Rancière (2015), ponderando a partir de temáticas em torno de uma educação emancipatória, e a presença das mulheres enquanto espaço de identificação e reflexão.

Essa perspectiva visa salientar e dar visibilidade às filósofas, e é também um ato político e pedagógico de emancipação, compreendendo a importância de defender que o ensino atua como possibilidade de despertar a consciência crítica e o diálogo, permitindo assim, que os educandos se reconheçam enquanto sujeitos ativos na construção do conhecimento. É nessa mesma medida que chama a atenção, para os problemas de uma educação que tem por finalidade apenas a reprodução de padrões de dominação e conformismo, ao invés de fomentar o pensamento crítico e autônomo.

A seguir, será apresentado uma breve análise sobre o processo de ensino de filosofia, enquanto sua inserção no currículo escolar, como fundamental para uma formação crítica, seguida de uma percepção de como podemos refletir a relação entre filosofia, gênero e emancipação, e por conseguinte, como isto está posto no livro didático, *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicada* (2024), utilizado na referida instituição de ensino.

O ensino de Filosofia e a formação crítica

O ensino de filosofia no Brasil, passou por muitas mudanças ao longo da história, desde sua efetivação, por meio das ações jesuíticas, entre os séculos XVI e meados do séc. XVIII, até as reformas Pombalinas (1757) e a consequente expulsão dos jesuítas, no ano de 1759. Nesse período, a ênfase era dada a uma educação que promovesse as ideias iluministas, que chegaram ao Brasil no século XVIII, tendo como foco uma educação voltada para o cidadão, enquanto servidor do Estado e não à Igreja, como afirma Vieira.

Entre as reformas pombalinas e a chegada de Dom João VI ao Brasil, foi marcado pela realização de conferências filosóficas e pelo surgimento de novos colégios voltados para a preparação da nova classe dirigente da colônia. O aumento dos negócios exigia uma expansão da educação, e a Filosofia passou a ser vista como uma disciplina essencial para a formação profissional, em detrimento do ensino propedêutico voltado para a formação sacerdotal e a propagação da fé cristã. A partir de 1834, foram criados os primeiros cursos superiores profissionalizantes, e o ensino secundário passou a ser preparatório para o ingresso nesses cursos. Em 1838, a Filosofia se tornou uma disciplina obrigatória, embora continuasse a ser marcada pela arbitrariedade, pela retórica e pelo enciclopedismo (Vieira, 2024, p. 21).

Logo, é perceptível que a filosofia assumiu um papel importante para a formação intelectual da sociedade brasileira, que foi sendo desenvolvida, e que sua relação com a educação sempre foi de muita importância. Contudo, não foi considerada em meio as reformas que passou, no decorrer do tempo e das transições governamentais.

Muitas reformas e leis foram articuladas ao longo dos anos, como a Reforma Rocha Vaz em 1925 que tornou a filosofia um componente obrigatório no ensino secundário, a Lei nº 5.692/71, em 1971, que durante a ditadura militar, a removeu do currículo, sendo substituída por outros componentes, como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira. Sua retomada como componente obrigatório, só ocorreu em 2008. (Mazai; Ribas, 2018), salientam que essa introdução da Filosofia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou um marco importante para a consolidação do pensamento crítico e reflexivo no ensino médio brasileiro.

Assim, no currículo escolar, o ensino de filosofia assume princípios e competências presentes de maneira transversal nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enfatizando a formação ética, o desenvolvimento do pensamento autônomo e a capacidade de argumentação. No entanto, ainda sofre com a questão da baixa carga horária, destinada ao componente curricular, principalmente destacada a notoriedade na formação social crítica enquanto cidadãos conscientes e emancipados. Nesse sentido,

Nos anos 1970, surgiram os chamados estudos de gênero, que mudaram a forma de tratar temas como a homossexualidade, a transexualidade e a desigualdade entre os gêneros na sociedade. Mais de duas décadas antes, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) demonstra como aquilo que se considerava “ser mulher” não decorria de meros aspectos biológicos de nascença, mas sim de um conjunto de características e obrigações que a sociedade atribuía às pessoas do sexo feminino (Chaui, 2016, p. 145).

Quando pensamos o processo histórico da filosofia, é imprescindível trazer a questão dos estudos de gênero, que ganharam força nos anos 1970, representando um marco importante, pois amplia o campo de investigação sobre a condição humana e as estruturas sociais de poder.

A esse respeito, Chaui (2016) ressalta a contribuição de Simone de Beauvoir, especialmente com a obra *O Segundo Sexo* (1967), que antecipa e fundamenta esse movimento, ao questionar as bases existenciais e culturais da identidade feminina. Sua afirmação de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1967, p.09), inaugura uma perspectiva filosófica crítica sobre a construção social do gênero, desafiando concepções essencialistas herdadas da tradição filosófica ocidental.

Por isso, ao articular filosofia, história e sociedade, os estudos de gênero promovem uma revisão do *cânone* filosófico, revelando como as relações de dominação e exclusão atravessam também o campo do pensamento e convidam à reconstrução de uma filosofia mais inclusiva e emancipadora.

A BNCC propõe que o ensino de Filosofia contribua para que o estudante compreenda a realidade, questione valores estabelecidos e participe ativamente da construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, a presença da Filosofia no documento orientador, reforça o papel da escola como espaço de diálogo, de problematização do mundo e de estímulo à reflexão sobre as múltiplas dimensões da existência humana. No entanto, é importante refletir justamente como esse espaço escolar vem tratando esse ensino de filosofia.

Pensarmos a Escola, como espaço de problematização crítica, e sobre os diálogos possíveis, a partir da realidade escolar que os professores se deparam na prática docente cotidiana, como Silvio Gallo (2012) nos leva a refletir, sobre como esse ensino de filosofia deve ser compreendido, enquanto espaço que possibilite o exercício de liberdade, no qual o pensamento não pode ser reduzido apenas à memorização, mas sim constituído como prática de problematização. Para aquele autor,

Tomar o aprendizado da filosofia regressivamente, partindo dos conceitos para poder compreender os problemas que os suscitaram, é algo que mobiliza, no aprendiz de filosofia, a experimentação dos problemas como experiência sensível. Quando isso efetivamente ocorre, está aberto o caminho para o pensamento próprio, instigado pela experiência do problema (Gallo, 2012, p. 84).

Assim sendo, podemos pensar que a possibilidade, a partir do conceito, nos leva a construir junto com o aluno, um caminho próprio de análise e compreensão. Mas como afirma o autor em tela, para isso acontecer, é necessário articular esse aprendizado à experiência sensível, o que nos leva a questionar o quanto é importante propiciar a identificação, a proximidade entre conceito e vivências, inserindo outras possibilidades, outras perspectivas, e nesse caso em específico, vozes das mulheres nas aulas de filosofia do ensino médio.

Essa abordagem contribui para impulsionar tal sensibilidade, e consequentemente, a mobilização do processo de ensino e de aprendizagem. Com essas condições dadas, o despertar do processo filosófico, enquanto prática que une a teoria, e a reflexão, mediante a experiência reflexiva, vai despertando o pensamento questionador.

Partindo do mesmo pressuposto, podemos encontrar em Alejandro Cerletti (2009) filósofo argentino, um reforço a essa perspectiva, ao propor o ensino de Filosofia como experiência reflexiva, que desperta o pensamento, estimulando o aluno a interrogar o mundo e a si mesmo. Assim,

O ensino de filosofia é, como afirmamos na introdução deste livro, uma construção subjetiva, sustentada em uma série de elementos objetivos e conjunturais. Um bom professor ou uma boa professora de filosofia é quem pode levar adiante essa construção. O “sujeito” desse processo é tanto o que aprende como o que ensina, mas, sobretudo, o é o vínculo entre ambos. A problematização filosófica na situação de ensino adquire uma dimensão pública essencial, já que compreende um processo que se constrói entre professores e alunos. O sujeito educativo-filosófico é, em sentido estrito, um sujeito coletivo, que envolve um pensar compartilhado (dialógico) no marco de uma aula e situa os olhares pessoais (Cerletti, 2009, p. 37).

Cerletti nos chama a atenção para pensarmos a importância desse olhar do professor e da professora, enquanto mediador desse conhecimento, unindo a conjuntura do espaço social, com a dimensão do conceito e da problemática possível. Logo, cabe ao professor e da professora, ser aquele que traz novas possibilidades, permitindo novas vozes surgirem, e mediar uma situação de ensino e aprendizagem, que instiga, emancipa, desperta e cria novos espaços de discussão, caminhos de identificação, levando à diálogos fundamentais para a compreensão filosófica.

Filosofia, Gênero e Emancipação: A Ausência e a Invisibilidade das Mulheres na História da Filosofia

Preponderantemente a inclusão de filósofas nas salas de aula do ensino médio, ultrapassa a simples adição de nomes das mulheres ao *cânone*. Trata-se de promover um diálogo epistemológico entre diferentes vozes e experiências, possibilitando aos estudantes, reconhecerem que o pensamento filosófico é diverso e em constante desenvolvimento.

Dessa forma, a emancipação é compreendida como o processo de reconhecimento do outro como sujeito pensante. Freire (1996) enfatiza que educar é um ato de amor e coragem, que se realiza na prática do diálogo e na superação das opressões.

Ao apresentar pensadoras como Beauvoir (1908-1986), Arendt (1906-1975) ou Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento negro brasileiro, os alunos e as alunas são convidados a refletir sobre temas de gênero, ética, política e identidade, aspectos estes, fundamentais da vida contemporânea e do exercício do pensamento crítico.

A narrativa tradicional da Filosofia, consolidada ao longo dos séculos, construiu-se sob um olhar predominantemente masculino. Filósofas como Hypátia de Alexandria (370-415), Simone de Beauvoir, Hannah Arendt e, mais recentemente, autoras brasileiras como Marilena Chauí, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez (1935-1994), tiveram suas contribuições reduzidas ou

omitidas nos respectivos materiais de apoio, livros didáticos, utilizados nas aulas. Trazer uma breve citação, ou apenas indicar leituras, não é suficiente para levar o conhecimento do pensamento dessas filósofas. Tais autoras, com enorme produção e potencial, ficam invisibilizadas e reduzidas a uma nota de rodapé.

Essa ausência ou redução não é apenas um problema de representatividade, mas também de epistemologia. Ao reduzir a presença do pensamento filosófico das mulheres, o ensino filosófico restringe as perspectivas sobre ética, política, corpo, linguagem e conhecimento, ao olhar exclusivo do homem. Como defende Djamila Ribeiro (2019), reconhecer o “lugar de fala” é um passo essencial para uma filosofia mais plural e comprometida com a realidade social. Nesse sentido,

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder [...]. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (Ribeiro, 2019, p. 46).

Portanto, a ausência das filósofas reflete, uma estrutura patriarcal de produção e transmissão do saber. Repensar o currículo e os livros didáticos, possibilita o questionamento às hierarquias do conhecimento, permitindo novas formas de pensar o humano e o mundo. Conforme se evidencia a produção filosófica feminina, o ensino de Filosofia amplia horizontes e possibilita aos estudantes refletirem sobre o mundo a partir de múltiplas perspectivas. Assim, a presença das filósofas representa um ato político e pedagógico de emancipação, na medida em que questiona estruturas de poder e amplia as possibilidades do pensar.

Percepções Docentes e Práticas Pedagógicas

Os livros didáticos utilizados na Ecit Dom Marcelo, no ano de 2025, são os referentes ao último Plano Nacional de Educação (PNE), realizado em novembro de 2022, para o ciclo 2023-2025³. O material é intitulado *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicada*, da editora moderna. Tal obra está dividida em seis itinerários formativos: Natureza e transformação; Globalização, emancipação e cidadania; Trabalho, ciência e tecnologia; Poder e política; Sociedade, política e cultura; Conflitos e desigualdades, que atendem a demanda do que ficou configurado como o Novo Ensino Médio.

O Ensino Médio no Brasil está mudando. A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação,

3

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2021-2013objeto-5-obras-literarias> Acesso em 22 outubro 2025.

num trabalho conjunto com educadores de todo o país, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. Estes Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias (Brasil, 2020, p. 04)

Esses livros são indicados para serem usados por temáticas, em consonância com o apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que integram essa demanda interdisciplinar e contextualizada do novo ensino médio, e apoiado por competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da formação educacional. Logo, não apresenta caráter exclusivo a determinado ano de ensino, mas sim a todo o ensino médio, de acordo com a temática abordada.

Ao analisar esses materiais didáticos é válido ressaltar que apenas em quatro itinerários formativos foram encontrados referências de filósofas, sendo eles: Natureza e transformação; Poder e política; Sociedade, política e cultura; Conflitos e desigualdades. Contudo, em nenhum dos casos, foi destinado mais de uma página para exposição de seu pensamento, conceito, ou linha de pesquisa. Em alguns casos, apenas uma referência bibliográfica para consulta. Nos casos analisados, foram identificadas apenas pequenas citações, quadros pequenos no final de capítulos, como uma espécie de complemento.

As autoras citadas foram, Marilena Chauí, Djamila Ribeiro e Hannah Arendt. Esta, por sua vez, é a única que tem uma página completa destinada a ela, e que traz a exposição e explicação do seu conceito “banalidade do mal”. Isso reflete que, embora haja avanços na inserção de mulheres, a presença de filósofas ainda é pontual, como foi visto, geralmente apresentadas em seções complementares ou como exemplos ilustrativos. Em contraste, os filósofos homens continuam ocupando os capítulos centrais, reforçando o modelo eurocêntrico e patriarcal de narrativa filosófica.

Sendo assim, confere-se que o tratamento dado às filósofas, em muitos casos, limita-se a contextualizações biográficas, sem aprofundamento teórico. Essa superficialidade impede que suas obras sejam compreendidas em sua densidade filosófica, reduzindo seu impacto formativo. Por isso, cabe ao professor e a professora, ao identificar essa escassez de filósofas nos materiais didáticos, a tentativa de suprir essa ausência por meio de projetos de leitura, debates e uso de textos complementares. Assim,

A filosofia esteve sempre marcada com o estigma do saber inútil. Mas a defesa heroica de uma sábia “inutilidade” prática hoje satisfaz a muitos poucos. A “utilidade”, ou melhor, o “sentido” da filosofia pode consistir, simplesmente, em mostrar que os conhecimentos, as opiniões ou as relações estabelecidas não são naturais, que não são dadas por si. O professor-filósofo poderia propor perspectivas de análise que tentem desnaturalizar o que parece óbvio, permitindo assim construir olhares problematizadores da realidade. A filosofia na escola nunca teria que ser “mais do mesmo”, já que lhe é próprio incidir no que há (Cerletti, 2009, p. 52).

Segundo Cerletti (2009) ensinar filosofia pode ser entendido como a possibilidade de dar um lugar ao pensamento do outro, dar voz ao outro, trazer

filósofas para o espaço da sala de aula é criar esse campo de possibilidades, dar sentido e ressignificar os saberes, instigar o problematizar do outro, ou o que ele chama de atitude filosófica, contribuindo com o exercício constante da dúvida e da reflexão sobre o vivido. Inserir as filósofas no contexto escolar, portanto, não é apenas uma questão de justiça histórica, mas um movimento de libertação epistemológica.

Assim, revela-se a importância da autonomia docente e da criação de espaços de resistência pedagógica, onde o pensamento crítico possa florescer, mesmo diante das limitações do livro didático. Contudo, destaca-se a necessidade de formação continuada, que auxilie o professor e a professora, na incorporação de autoras e temas de gênero em suas aulas, evitando que a inclusão ocorra de forma fragmentada ou meramente simbólica.

Mas ainda é preciso, para verificar essa procura, saber o que o quer dizer procurar. Esse é o cerne de todo o método. Para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio. É preciso reconhecer-se a si mesmo como viajante do espírito, semelhante a todos os outros viajantes, como sujeito intelectual que participa da potência como dos seres intelectuais (Rancière, 2015, p. 44-45)

Antes de promover a emancipação do outro, é necessário estar aberto ao próprio processo de se aventurar por novos caminhos, reconhecer-se não como o dono do saber, mas como aquele que aprende junto aos estudantes.

Consequentemente, reconhecendo sua própria capacidade de pensar, o professor e a professora abrem espaço para que os alunos e alunas também se vejam como sujeitos intelectuais, capazes de construir e questionar o conhecimento. Nesse preciso sentido, vamos tornando a filosofia como uma experiência compartilhada de busca e libertação, onde, tanto mestre e mestra, quanto aluno e aluna, trilham juntos o caminho da emancipação.

O ensino de filosofia pensado enquanto possibilidade de emancipação, compreendido, à luz de Rancière, parte do pressuposto de que todos possuem igual capacidade de pensar e compreender o mundo, rompendo com a lógica tradicional da explicação, que coloca, mestre e mestra como detentores do saber, e o aluno e a aluna, como seres carentes de conhecimento.

Ao introduzir filósofas nos currículos, o ensino de filosofia passa a reconhecer a pluralidade de vozes e experiências no pensamento humano, promovendo um espaço de aprendizado, em que as estudantes se vejam representadas e estimuladas a pensar por si mesmas. A emancipação, portanto, não se dá pelo acúmulo de conteúdos, mas pelo despertar da capacidade de pensar criticamente e de reconhecer-se como sujeito de conhecimento.

Considerações Finais

O estudo desenvolvido ao longo desse texto, demonstrou que a presença de filósofas nos livros didáticos de Filosofia, da ECIT Dom Marcelo Pinto Carvalheira, ainda é restrita e insuficiente, para promover uma formação plenamente emancipatória e representar a diversidade do pensamento filosófico. Apesar de alguns avanços, a narrativa filosófica permanece centrada em autores homens, e essa ausência evidência a permanência de um currículo tradicional, centrado em figuras masculinas e ocidentais.

Contudo, ao reconhecer essa lacuna, abre-se a possibilidade de transformação. A inclusão de filósofas, especialmente de pensadoras latino-americanas e brasileiras, pode fortalecer uma educação voltada à emancipação e à justiça epistêmica.

Logo, conclui-se que repensar o ensino de Filosofia, na sala de aula do ensino médio, pode ser, portanto, um dos caminhos, possíveis, para a reconstrução do espaço de reflexão como prática libertadora, onde múltiplas vozes dialogam e se reconhecem como parte da construção do conhecimento. Assim, o ensino da Filosofia no ensino médio, poderá auxiliar na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de pensar o mundo de modo autônomo e solidário.

Referências

- Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **Moderna Plus Filosofia**. 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em: 20 outubro 2025.
- BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1967
- CHAUI, M. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2016.
- CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Trad. de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.
- GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Papirus editora, 2012.
- MAZAI, Norberto; RIBAS, Maria Alice Coelho. **Trajetória do ensino de filosofia no Brasil** 1. Ciências Humanas, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 81-97, jan./jun. 2018
- RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Trad. Lillian do Valle. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala** / Djamila Ribeiro. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- VIEIRA, José Vanucci Evaristo. **Ensino de Filosofia no Brasil: a repercussão das reformas da educação na disciplina de Filosofia**. 2024.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026